

<b>Empresa/Entidade</b>	Consultor Sênior
<b>Nome</b>	Dietmar Schupp
<b>E-mail</b>	schupp1943@gmail.com
<b>Telefone</b>	(21) 98115-3335

## **Comentários e Sugestões**

### **Dietmar Schupp**

Funcionário da Esso Brasileira de Petróleo por 35 anos (1969 a 2003), sendo que desde 1988 foi cedido ao SINDICOM para assumir o cargo de Coordenador de Preços, passando a ser o representante das distribuidoras para tratar de assuntos relacionados a preços junto aos antigos CNP e DNC, e posteriormente ANP, bem como com os Ministérios da Fazenda e Minas e Energia. Ao aposentar-se em 2003, passou a trabalhar a partir de 2004, diretamente no SINDICOM, como Diretor de Regulação e posteriormente como Diretor Tributário, e por fim como Consultor de Tributação e de Planejamento Estratégico até 2017. Foi também o representante das distribuidoras, em todo o processo de desregulamentação e liberação dos preços dos combustíveis (1990 a 2002), bem como no processo da URV'erização dos preços (1994) e da concentração da tributação (1988 a 2012).

### **Considerações iniciais**

Inicialmente gostaria de cumprimentar a ANP pela oportunidade que está sendo dada a todas as entidades e ao público em geral, para que possam apresentar de forma transparente, informações e sugestões que possam vir a contribuir para que a ANP tenha um marco regulatório que atenda aos interesses da sociedade, em especial ao pleno e regular abastecimento de combustíveis, através de regras claras que garantam a eficácia e a plena competição entre todos os agentes que compõem a produção, importação, distribuição e revenda de combustíveis.

As sugestões e potenciais consequências consideram três óticas distintas de análise:

- As atividades relativas ao abastecimento
- O Código de Defesa do Consumidor
- Aspectos tributários

### **1: As atividades relativas ao abastecimento**

Compete à ANP regular as atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, consideradas de utilidade pública, e que foram definidas pela Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e que compreendem 3 elos distintos:

- Produção / Importação
- Distribuição
- Revenda

As principais resoluções que tratam da regulamentação do abastecimento estão dispostas nas Resoluções ANP 43/2009, 41/2013 e 58/20014.

De longa data a regulação destas atividades atendem de forma satisfatória ao pleno abastecimento nacional de combustíveis, e não se tem conhecimento de que a sistemática atualmente em vigor tenha causado qualquer tipo de desabastecimento de um bairro, cidade ou região, exceção feita a recente greve dos caminhoneiros decorrente das altas dos preços do diesel, o que vem comprovar que a atual sistemática atende as necessidades.

O Brasil tem atualmente mais de 160 distribuidoras que abastecem o mercado brasileiro através de 300 bases de distribuição situadas em mais de 70 cidades, localizadas próximas a produção e ao consumo, com o objetivo de otimizar os custos logísticos.

### A produção e o consumo do etanol hidratado

A safra de etanol tem como característica a produção de etanol durante 8 a 9 meses durante o ano, enquanto o consumo se estende durante os 12 meses do ano, conforme tabela abaixo.

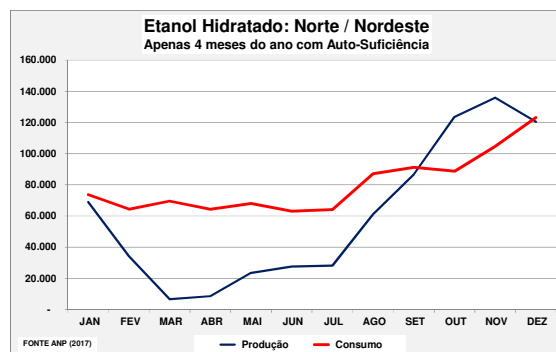
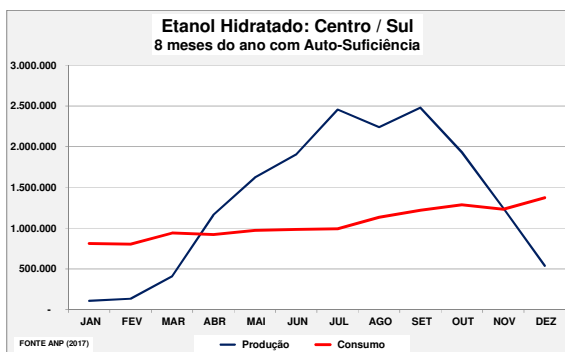
Safras do Etanol													
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Produção	Centro / Sul												
	Norte / Nordeste												
Consumo	Brasil												

Enquanto a safra da Região Centro / Sul se concentra com a produção de etanol durante 8 meses entre os meses de abril a novembro, a safra da Região Norte / Nordeste está concentrada entre os meses setembro a fevereiro do ano seguinte, diferentemente do consumo de etanol que se estende durante os 12 meses do ano.

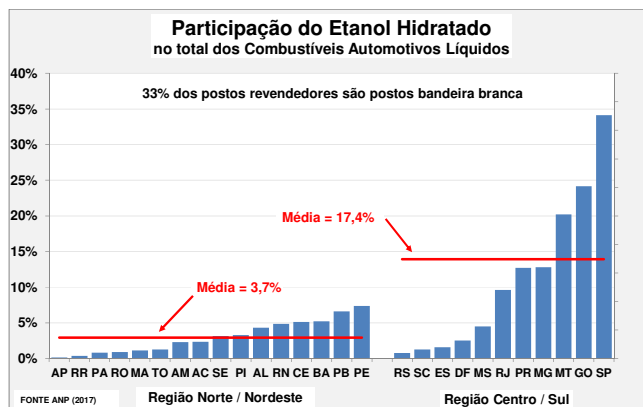
Abaixo os gráficos da produção de etanol hidratado das Regiões Centro/Sul e Norte/Nordeste conforme dados publicados no site da ANP correspondente ao ano de 2017.

Pelos dados conclui-se que o etanol hidratado produzido na Região Centro/Sul atende as necessidades de consumo de toda a região, enquanto a produção da safra da Região Norte/Nordeste atende a apenas 4 meses do consumo.

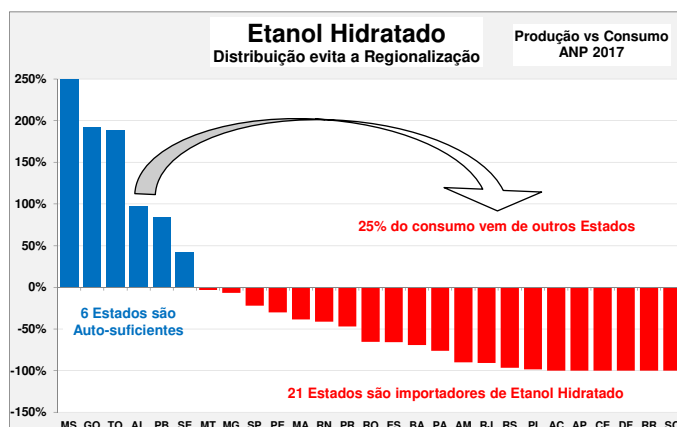
Desses números conclui-se que a proposta de venda direta feita pelos produtores da Região Norte / Nordeste atenderia aos postos revendedores da região por apenas 4 meses do ano. Nos 8 meses restantes o atendimento desses postos revendedores precisaria ser feito necessariamente pelas distribuidoras.



Conforme gráfico abaixo, com os dados de 2017 da ANP, o consumo de etanol hidratado correspondeu a apenas 3,7% do consumo dos combustíveis automotivos líquidos (gasolina, diesel e etanol hidratado) na Região Norte / Nordeste, e a 17,4% na Região Centro / Sul, sendo que os postos bandeira branca, que poderiam ser atendidos, em tese pela venda direta, correspondem a apenas 33% dos postos revendedores.



E por fim, apenas 6 estados são autossuficientes na relação produção / consumo de etanol hidratado, sendo que 26% do consumo vem de outra região. São as distribuidoras que evitam a regionalização do consumo de etanol no Brasil, através de transferências entre as regiões.



## Conclusão

A potencial venda direta proposta pelos produtores de etanol hidratado da Região Norte / Nordeste, caso viesse, em tese a ser aprovada, atenderia a cerca de 1% do consumo de combustíveis da região (3,7% = consumo de etanol do total de combustíveis automotivos) x 33% (postos bandeira branca) x 33% (meses da autosuficiência na região), assumindo que 100% dos postos revendedores estejam localizados próximos a usina de etanol.

## Potenciais riscos: outros agentes requererem isonomia

Uma das consequências da potencial autorização da venda direta de etanol hidratado para os postos revendedores seria outros agentes regulados pela a ANP requererem isonomia de tratamento, contrariando o disposto nas Resoluções ANP 43/2009, 41/2013 ou 58/20014, como por exemplo:

- Importadores de etanol hidratado comercializarem diretamente a postos revendedores;
- Refinarias pleitearem a venda direta de gasolina e diesel (misturados) para postos revendedores;
- Usinas de biodiesel comercializarem biodiesel puro (num futuro próximo) diretamente a postos revendedores;
- Produtores de etanol comercializarem diretamente aos consumidores finais, com a instalação de postos revendedores dentro das suas próprias usinas;
- Produtores de biodiesel comercializarem diretamente biodiesel puro aos consumidores finais, com a instalação de postos revendedores dentro das suas próprias usinas;
- Refinarias comercializarem diretamente gasolina e diesel aos consumidores finais, com a instalação de postos revendedores dentro das suas próprias instalações.

Esses potenciais riscos de tratamento isonômico de outros agentes regulados não devem deixar de serem considerados na avaliação da venda direta.

## 2: O Código de Defesa do Consumidor

A segunda ótica de avaliação da venda direta diz respeito ao Código de Defesa do Consumidor.

Toda a legislação da ANP que dispõe do abastecimento de combustíveis deve atender aos direitos básicos do consumidor dispostas no Código de Defesa do Consumidor regulamentado pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, onde se destacam os seguintes artigos, que pela sua relevância não poderão ser esquecidos na análise da Tomada Pública de Contribuições, ora em avaliação:

**ART 6º: São direitos básicos do consumidor:**

*IV: proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, ...*

**ART 13º: O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando:**

*II: o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador;*

**ART 37: É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.**

§ 1º: É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

**ART 39: É vedado ao fornecedor de produtos e serviços:**

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço **em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes** ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Nормatização e Qualidade Industrial CONMETRO.

**ART 61: Constituem crimes contra as relações de consumo previstas neste Código Penal e leis especiais, as condutas tipificadas nos artigos seguintes.**

**ART 66: Fazer informação falsa ou enganosa, ou emitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços;**

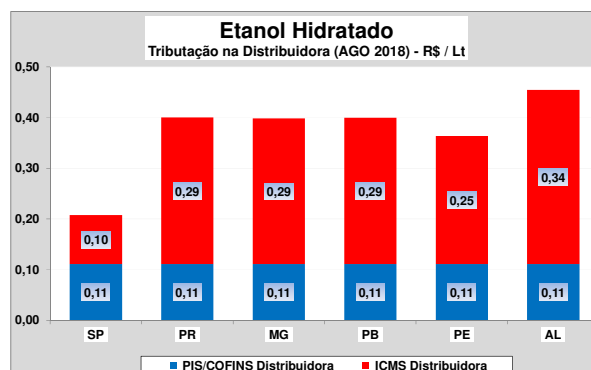
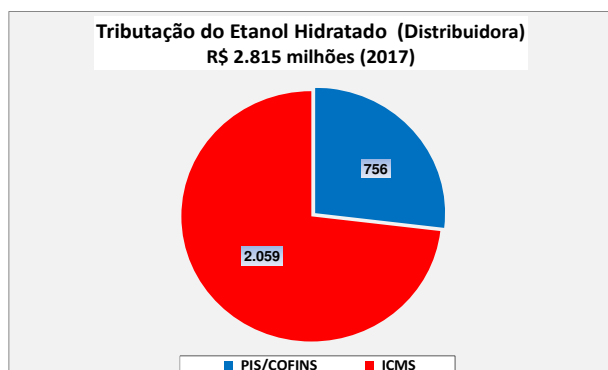
Face a legislação em vigor e que deve atender aos direitos básicos do consumidor, a potencial venda direta das unidades produtoras aos postos revendedores somente atenderia aos postos revendedores bandeira branca que correspondem a 33% do número de postos em operação no país.

### 3: Aspectos tributários

A terceira ótica de avaliação, mas não menos relevante, diz respeito a tributação.

A comercialização de todos os combustíveis atingiu em 2017 a 125 bilhões de litros (ANP e ABEGAS), que gerou uma arrecadação potencial de tributos de R\$ 134 bilhões. Dos combustíveis automotivos, apenas o etanol hidratado não tem a tributação concentrada no produtor/importador, e que correspondeu a R\$ 2,8 bilhões relativos ao PIS/COFINS e ao ICMS incidente na distribuição.

Na comercialização do etanol hidratado, as distribuidoras são as responsáveis pelo recolhimento do PIS/COFINS e do ICMS (próprio e também pelo ICMS por substituição tributária dos postos revendedores). Abaixo a tributação atual incidente nas distribuidoras nos principais estados produtores das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, onde a tributação total incidente varia de R\$ 0,21/lit em São Paulo até R\$ 0,45 / Lt em Alagoas.



## **Considerações finais**

- Compete à ANP regular as atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, compreendendo o produtor / importador, distribuição e revenda, consideradas de utilidade pública, conforme disposto nas Resoluções ANP 43/2009, 41/2013 e 58/20014, e que vem garantindo satisfatoriamente o pleno abastecimento de todos os combustíveis em todo o território nacional;
- O Código de Defesa do Consumidor, regulamentado pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 vem e deve continuar a ser respeitado pela legislação da ANP;
- A safra do etanol é produzida entre 8 a 9 meses do ano, enquanto o consumo é realizado durante os 12 meses do ano;
- A produção de etanol hidratado na Região Norte Nordeste atende a apenas a demanda da região durante 4 meses do ano, sendo insuficiente para atender a demanda total do ano;
- 25% do consumo de etanol hidratado vem da produção de outros estados. As transferências entre as regiões são de responsabilidade das distribuidoras;
- As distribuidoras são as responsáveis pelo pleno e regular abastecimento do etanol hidratado em todo o território nacional, durante os 12 meses do ano, para evitar o desabastecimento e a regionalização do consumo;
- O consumo de etanol hidratado corresponde a apenas 3,7% do consumo dos combustíveis automotivos (gasolina, diesel e etanol) na Região Norte/ Nordeste e a 17,4% da Região Centro/Sul;
- 33% dos 42.000 postos revendedores que comercializam etanol hidratado no país são postos bandeira branca. São os únicos que poderiam, em tese, serem abastecidos diretamente das unidades produtoras de etanol;
- A elevada carga tributária de PIS/COFINS e de ICMS incidente na distribuidora na comercialização do etanol hidratado tem uma regulamentação complexa e que precisa ser preservada para garantir o seu recolhimento e evitar potenciais e desastrosos efeitos concorrenciais na sua comercialização, com riscos de desabastecimento.

Face ao acima exposto, é recomendável que seja mantida a sistemática atual de abastecimento, conforme disposto nas Resoluções ANP 43/2009, 41/2013 e 58/20014, mantendo-se a proibição de venda direta das unidades produtoras para os postos revendedores.

Aos produtores que entenderem que a sua usina está logisticamente bem instalada próximo ao centro de consumo do etanol hidratado, nada impede que a usina abra uma distribuidora, e venha a gozar dos benefícios logísticos decorrentes da sua localização privilegiada.

Atenciosamente,

***Dietmar Schupp***